



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 506-A, DE 2010

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 506-A, DE 2010

(Do Sr. Arthur Virgílio)

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus, e dá outras providências.

EMENDA DE COMISSÃO Nº _____, de 2013

Dê-se ao Art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 506, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) passa a vigorar com os seguintes artigos:

‘Art. 98’

Art. 99 A Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste tem incentivos fiscais de 50% do mesmo valor do benefício fiscal disciplinado pelo artigo 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias enquanto este tiver efeito.

Parágrafo único – Na aplicação dos recursos disciplinados no caput será proporcional aos coeficientes vigentes para o Fundo de Participação dos Estados – FPE, da região Nordeste.’ ”(NR)

JUSTIFICATIVA

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada em 1967 pelo governo federal para impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. O polo industrial abriga cerca de 600 pessoas jurídicas beneficiadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As pessoas jurídicas não recebem qualquer incentivo para se instalar na Zona Franca de Manaus. Entretanto, uma vez instaladas, recebem os seguintes incentivos:

1. Isenção do imposto de importação, que permite que empresas atuem como montadoras usando tecnologia internacional;
2. Isenção do imposto de exportação;
3. Desconto parcial, fornecido pelo governo estadual, no imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS);
4. Isenção por dez anos, fornecido pelo município, de IPTU, da taxa de licença para funcionamento e da taxa de serviços de limpeza e conservação pública.

O Fundo de Investimento do Nordeste no exercício de 2013 conta com uma fatia de 5,014 Bilhões de Reais para o desenvolvimento de suas atividades de fomento enquanto que os benefícios gerados as pessoas jurídicas na ZFM é de 22,6 Bilhões de Reais. Notadamente uma desproporção que inviabiliza o desenvolvimento da Região Nordeste no mesmo ritmo da ZFM.

Considerando o desenvolvimento da ZFM e da região nordeste nota-se que existe a necessidade de ampliar os referidos benefícios fiscais para a região nordeste. Assim, haverá um desenvolvimento mais paritário entre os Estados da Federação e principalmente da região mais carente do País.

Ante o exposto, verificamos que com a aprovação da presente emenda a SUDENE teria um aporte de aproximadamente mais de 6 Bilhões de Reais, medida que garantiria um desenvolvimento razoável para a região nordeste e deverá ser proporcional aos coeficientes vigentes para o Fundo de Participação dos Estados – FPE, da região Nordeste.

Sala das Comissões, em de de 2013.

**Deputado Julio Cesar
PSD/PI**